

Análise Técnica de Algumas Legislações sobre Spam

Klaus Steding-Jessen

Centro de Estudos, Resposta e Tratamento
de Incidentes de Segurança no Brasil – CERT.br

<http://www.cert.br/>

CT-Spam – Comissão de Trabalho sobre Spam do
Comitê Gestor da Internet no Brasil

<http://www.cgi.br/>

Introdução

- Estudo dos aspectos técnicos de algumas legislações
 - 4 leis internacionais
 - 7 projetos de lei nacionais
- Considerações técnicas sobre a efetividade de muitos dos mecanismos propostos
- Pontos que devem estar presentes em uma possível lei contra spam

Considerações sobre os pontos abordados

- Opt-out abre uma brecha para que todos os spams estejam de acordo com a lei
 - tecnicamente, é fácil enviar um spam que seja sempre o primeiro
- Identificação de mensagem (ADV, NS, etc)
 - ineficaz e inviável pela multiplicidade dos padrões propostos
- Aquisição de dados
 - nenhum projeto de lei nacional aborda harvesting (via web ou malware) ou ataques de dicionário

Conclusões

- criar uma lei que **não** legitime o spam
- é importante a adoção de um sistema *opt-in*
 - que não permita o primeiro email
 - que não permita convites por email
- *soft opt-in* é uma possível opção
- pontos preocupantes
 - idéia de criação de cadastros públicos de e-mails
 - caracterização do spam em função da quantidade